

Incertezas internas ameaçam negociações no exterior

William Waack

mercados conquistados com muita dificuldade.

Se a tentativa, por parte do governo, de corrigir desequilíbrios internos à custa do saldo comercial ainda é aceita até por críticos severos, o movimento de fuga de capitais estrangeiros tem colocado autoridades brasileiras, economistas e também a oposição ligada a sindicatos diante de um fato com muitas explicações, nenhuma delas ainda totalmente convincente. A mais comum é a de que o investidor estrangeiro teme profundas modificações na legislação específica brasileira depois da Constituinte.

Outros economistas, como Edmar Bacha, do IBGE, insistem em lembrar, com forte dose de razão, que a fuga de capitais não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. A queda do dólar nos últimos 18 meses influencia a retração do investidor estrangeiro assim como as mudanças na tributação americana (que tornam mais vantajoso o repatriamento de lucros). Caberia mencionar, por outro lado, que países beneficiados com a queda do dólar — como a Alemanha — preferem investir fortemente comprando firmas nos EUA do que remetendo dinheiro para lugares como o Brasil.

Qualquer que sejam as causas, as consequências são as mesmas: torna-se gradativamente difícil para os negociadores brasileiros pedir dinheiro emprestado a bancos quando os donos de capital de risco mostram-se tão ariscos em relação ao futuro próximo da economia brasileira. É verdade que o governo brasileiro, pelo menos por enquanto, não está pedindo dinheiro novo aos bancos ou ao Fundo Monetário Internacional. Contudo, a previsão que fazem tanto setores do governo como analistas especializados é a de que se o saldo comercial se deteriorar, se as reservas cambiais diminuírem e não houver substancial entrada de recursos externos no país, simplesmente não haverá como pagar os juros da dívida, em 1987, sem recorrer a empréstimos.

Tornou-se nítido nas últimas semanas mais um dos paradoxos que tornam tão movimentada a cobertura dos fatos econômicos brasileiros: desde que explodiu a crise do endividamento internacional, em setembro de 1982, nunca as condições pareciam tão favoráveis ao Brasil. Mesmo assim, não foi possível um acordo com os credores internacionais, sobretudo devido a um impasse de ordem política com os detentores da dívida oficial, isto é, os governos dos cinco países mais ricos.

Diplomatas brasileiros enxergam até mesmo um linkage curioso entre dívida externa e as pressões americanas contra a política de reserva de mercados posta em prática no Brasil pela Lei de Informática. Um acordo formal do Brasil com o Clube de Paris depende sobretudo da aceitação, por parte de governos como os dos Estados Unidos e da Alemanha, de que o Brasil não seja obrigado a assinar um acordo stand by ou de enhanced surveillance com o FMI — já que o governo

- 9 NOV 1986

JORNAL DO BRASIL



brasileiro considera essa questão fora de qualquer consideração, e se recusa a aceitar qualquer tipo de monitoramento que não seja através das obrigações estatutárias assumidas com o Fundo e previstas no seu Artigo IV.

A criação de um precedente desse tipo, provavelmente com importantes consequências políticas para outros grupos de países devedores, é fato considerado perigoso por governos ocidentais, entre os quais o dos Estados Unidos parece especialmente empenhado em transformar a política de informática brasileira num key issue, em elemento-chave para aplicar uma verdadeira lição de "livre comércio" — ou para assegurar vantagens globais num setor de enorme importância futura, conforme assinalam funcionários do governo brasileiro.

Alguns analistas, como o Professor Mario Henrique Simonsen, consideram que um dos maiores empecilhos às negociações externas do Brasil é justamente a retórica ambígua em relação a órgãos como o FMI ou instituições do tipo do Clube de Paris. Diplomatas credenciados por longos anos de negociações no exterior, sobretudo no campo econômico e comercial, acrescentam a essa crítica a observação de que autoridades brasileiras recentemente adotaram atitudes arrogantes e desrespeitaram certos rituais considerados importantes na diplomacia internacional — e estariam recebendo o troco agora, particularmente através de uma aberta animosidade (às vezes pessoal) por parte de funcionários da administração americana em relação a ministros ou interlocutores brasileiros.

Justamente no lado exclusivamente político das negociações brasileiras, funcionários do governo em Brasília acham que as coisas teriam de ser resolvidas o mais rápido possível. A saída do diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, é considerada como perda de um importante aliado. Larosière empenhou-se pela flexibilização dos programas de ajustamento do Fundo e foi sobretudo graças à sua intervenção que o México chegou a um acordo inédito com os bancos, já que inclui cláusulas de contingência. Da mesma maneira, os recentes resultados eleitorais nos Estados Unidos, com políticos democratas agora dominando o Senado, sugerem aos analistas brasileiros que as nuvens protecionistas provavelmente escurecerão o Capitólio a partir de janeiro.

Esse sentido de urgência, contudo, percebe-se por enquanto apenas nos gabinetes imediatamente a cargo da condução de negócios exteriores ou junto a alguns assessores especiais na área econômica. O restante do governo está envolvido na barafunda das eleições. Da mesma maneira que as medidas provavelmente muito pouco populares em estudos para corrigir o Plano Cruzado, tomara que o despertar para os problemas externos não seja tão doloroso, quando todos voltarem das eleições.